

REGIONALISMO

MODERNIZAÇÃO, POLÍTICA E DISCURSO REGIONALISTA NO NORDESTE DO BRASIL

Washington Luís de Sousa Bonfim
Candidato a Doutor em Ciência Política,
pelo Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professor
Assistente do Departamento de Ciências
Sociais, da Universidade Federal do Piauí
(UFPI)

RESUMO:

O artigo versa sobre o processo de modernização conservadora no Nordeste do Brasil e procura analisar as suas conseqüências econômicas e políticas. Analiticamente, inicia-se pela discussão de um marco teórico que procura orientar a leitura do processo de modernização regional, através da análise do fenômeno em nível nacional. Depois, observa-se as suas conseqüências propriamente ditas. Inicialmente, as econômicas, com a constatação do avanço dos setores industrial e de serviços e também, a criação de um espaço econômico intra-regional muito heterogêneo, com forte concentração do PIB da região, em suas principais áreas metropolitanas. Politicamente, ressalta-se o contraste do discurso das elites nordestinas na Câmara Federal, com a realidade socioeconômica da região, destacando-se a origem dessas elites, a perspectiva regionalista utilizada e o modo como percebem a função da representação. Finalmente, chega-se à conclusão de que houve uma dissociação entre política e economia, no contexto da modernização da região, que tem contribuído para a persistência do poder das elites agrárias e, com isso, de um discurso regionalista não mais compatível com a realidade atual.

PALAVRAS-CHAVE:

Regionalismo; Modernização; Política Econômica; Brasil-Região Nordeste.

O grande esforço intelectual das Ciências Sociais no Brasil tem sido o de interpretar e dar explicações para os fenômenos da vida política nacional, que alargaram suas conseqüências por todos os aspectos da vida do país. Ao tomarmos como horizonte cronológico os anos de 1960 até 1994, poderemos realizar uma periodização que envolve quatro fases principais: a derrocada do período democrático iniciado em 1945, a vigência da ditadura militar, a transição para a democracia e a fase de consolidação democrática, que tem como referência primeira, as eleições presidenciais.

O objetivo desse trabalho é construir, a partir dessa periodização, alguns elementos teóricos-interpretativos que possam compor uma explicação para os resultados de tais processos sobre a vida de uma região específica, o Nordeste do Brasil. Certamente esta é uma tarefa que conta com algumas dificuldades para sua realização. Cabe destacar a que nos parece mais importante.

É necessário perceber que a periodização realizada para descrever os últimos trinta anos, não possui uma correlação direta com os eventos que se desencadearam naquela região. Não é possível deixar de notar que a ditadura militar influenciou fortemente os destinos econômico-políticos da vida local, no entanto, há dissociações passíveis de identificação entre os dois contextos referidos, ou seja, no Nordeste brasileiro, os fenômenos econômicos se adiantaram fortemente aos políticos e em determinado sentido, que explicitaremos no decorrer do texto, ganharam uma dinâmica própria e independente daquilo que ocorria no interior daquele sistema.

A conclusão principal do trabalho relaciona-se à idéia de que no processo de modernização conservadora que se registrou no Brasil, as conseqüências para o Nordeste se fizeram sentir muito fortemente no campo econômico e apenas excepcionalmente se refletiram de modo semelhante no contexto político. Desse modo, temos a consolidação da integração produtiva da região com o restante do país e o contraste político, decorrente da reiteração de um discurso regionalista de parte da elite, vinculada ao setor agrário, que procura desconhecer a nova situação econômica.

A discussão proposta procura organizar parte do debate travado sobre a questão nos últimos anos, estabelecendo uma estratégia analítica que compreende dois movimentos. O primeiro tem o propósito de referenciar brevemente alguns dos

principais textos que remetem a reflexões de longo alcance da história política nacional, ou seja, que procuram compor uma análise geral dessa história.

O segundo movimento incorpora a discussão de alguns textos básicos para a compreensão dos processos em tela naquela região. Tais textos possuem como perspectiva a economia política, tentando analisar determinados fenômenos a partir desse enfoque. Por outro lado, recorre-se também a um tratamento econômico do tema das mudanças que se realizaram no período. Por último, aparecem reflexões de embocadura política mais específica, sobre o discurso regionalista da elite política da região e a questão do clientelismo no planejamento econômico nordestino.

• *A Modernização Conservadora no Brasil*

Um ponto central para entender a modernização brasileira diz respeito à reflexão sobre a disjuntiva opinião vs. interesses no contexto de nossa história política. Analisando a questão da ameaça corporativa à democracia, VIANNA (1989, 16)⁽²⁴⁾ coloca como um fato marcante da política nacional a divergência entre opinião, colocada no nível ideológico pelos partidos políticos, e os interesses, restritos à expressão apenas no interior da estrutura corporativa, destinada a fazer a separação entre política e classes populares⁵.

Na década de 1930, com o fim da 1ª República e a reforma do Estado, esse tornou-se minuciosamente capaz de uma proposta universalizante, tornada possível por meio da fórmula corporativa (VIANNA, 1976)⁽²³⁾. O traço autoritário da modernização ganha contorno nítido a partir deste período, cujo marco principal é o golpe de 1937, que proporciona ao Estado o controle da sociedade civil, através da estrutura corporativa, impedindo aos partidos e organizações de representação, um exercício efetivo de suas prerrogativas, a não ser em seu interior. Em outros termos, aquele golpe marca o início do que se convencionou denominar a "Era Vargas".

O golpe de 1964, muito embora pretendesse a ruptura com o legado de 1937, volta-se a ele e reforça-o, acelerando a modernização conservadora do país. Para VIANNA (1994, 7-10)⁽²¹⁾, as

* SANTOS (1993)⁽¹⁹⁾ também remete à disjuntiva entre opinião e interesses para analisar a história política do país, no entanto, o referencial teórico de que lança mão, conduz a análise para uma direção diferente da que é proposta por Vianna, muito embora haja pontos de contato importantes.

confluências entre os dois períodos de autoritarismo se assentam no impulso modernizante, no avanço no sentido da democratização social, e aversão à democracia política, com uma lógica transformista de conservar-mudando, com forte ênfase nos processos de mudança.

No entanto, as diferenças entre os períodos são maiores que suas afinidades. A primeira delas tem relação com a inspiração americana de 1964, que creditava à estratégia modernizante o efeito de desenvolvimento político e social. Por outro lado, estabeleceu-se um congelamento da política e da organização social, com um movimento vigoroso da economia. O resultado foi uma dissociação entre as esferas do público e do privado, com a constituição de uma cultura política isolacionista, que tornou complexa a passagem do indivíduo à condição de cidadão, graças à sua indiferença em relação à política. Criou ainda níveis de exclusão social inéditos.

Chegando até a eleição de 1994, VIANNA (1995, 164)⁽²¹⁾ reforça ainda mais o seu ponto ao analisar a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, a sociedade civil burguesa que houvera abdicado politicamente em nome dos militares, chega ao poder com sua própria representação, a da grande burguesia paulista, argumentando trazer consigo o fim da “Era Vargas”:

“O fim da Era Vargas, longe de apontar para um novo começo, significaria, ao contrário, a conclusão exitosa da modernização autoritária que, em meio a um tumultuário processo de 60 anos, teria afirmado o que na aparência vinha negando — o fortalecimento, para uma ulterior emancipação, da ordem privada diante da esfera pública. Assim, talvez não seja próprio falar em ruptura com o padrão da modernização autoritária, mas sim em uma consagração da intenção que a animava: *a burguesia paulista não rompe com o passado, apenas se reconhece como o seu coroamento*.” (VIANNA, 1995, 164; ênfase acrescentada)⁽²¹⁾.

A partir de então, Vianna tem enfatizado a crescente dissociação entre a institucionalização da democracia política e da democracia social, com uma opção das forças no poder por uma resolução à inglesa do problema da incorporação.

Esta visão geral da história política do país nos indica alguns pontos para reflexão. Inicialmente, é importante notar que o processo a que se denomina “modernização” tem aqui algumas

características muito específicas, seguindo uma trajetória que ressaltou o papel do Estado como um ator forte e, algumas vezes, delimitador das circunstâncias inerentes à ação dos demais atores sociais.

Depois, acompanhando a visão de SANTOS (1985)⁽¹⁸⁾, a consequência mais importante do período autoritário teria sido o adiantamento das condições que tornariam derrotada a “ordem regulada” até então vigente no país. Sendo assim, aquela ordem, que possuía como limite inferior a presença do campesinato e, em seu limite superior, os agregados dominantes, definidos por meio das relações jurídicas de propriedade (dono de terras, industrial, comerciante), começou a ser estremecida por um processo de modernização que originou novos atores sociais, que fugindo à regulação estatal de sua cidadania, começam a atuar em um espaço público que se ampliava a partir desta própria ação.

No processo figuram como fundamentais os papéis dos estratos médios que surgiram com a industrialização da década de 1970; da mobilização sindical que rejeitava a estrutura montada com o Estado Novo, com um operariado diversificado em sua origem e acrescido dos estratos de profissionais liberais, agora assalariados; da nova classe média estatal; e, da população do campo, maciçamente sindicalizada, ainda que para receber os benefícios do FUNRURAL.

Quanto ao Nordeste, podemos dar saliência a duas questões principais. Em primeiro lugar, o diagnóstico sobre a modernização conservadora no país ajuda-nos a compor um quadro interpretativo dos fenômenos ocorridos no sistema político nordestino a partir de então. Isso traz à baila a maneira como a política e o Estado orientaram os acontecimentos, em outras palavras, ressalta a prevalência do critério de autoridade como condutor de todo o processo, a despeito de uma orientação de mercado, portanto, concorrencial e competitiva, em especial, nessa região, onde a variável política sempre mostrou-se vigorosa e quase sempre definidora dos caminhos a serem trilhados pelo capitalismo.

Em segundo lugar, é possível conjecturar que, a partir das eleições de 1994 para a Presidência da República, temos, como cita Vianna, a consecução de um projeto e o início de uma nova transição, que, ciosa da importância da organização

* O conceito de “cidadania regulada” que aparece na obra de Santos parece ser uma firme expressão desta afirmativa (SANTOS, 1994)⁽¹⁷⁾.

competitiva da sociedade brasileira, projeta uma nova configuração para o desenho de nossa ordem pública.

Desta maneira, a leitura do processo de modernização nordestino pode dar indicações sobre como, a partir de um determinado tipo de desenvolvimento da economia da região, temos ainda dificuldades de notar avanços (guardadas possíveis exceções, como a do Ceará) significativos no sentido de uma organização competitiva da vida política regional. Ademais, essa questão também diz respeito ao modo como a economia e a política encontram explicação no quadro de grande heterogeneidade que a modernização logrou realizar na região.

• Aspectos Econômicos da Modernização Nordestina

Inicialmente cabe ver algumas das circunstâncias econômicas que se desenvolveram ao longo dos anos de 1960 até 1993.

Em primeiro lugar, é fácil perceber pelos dados acima que, a economia nordestina comportou-se de modo geral, de maneira semelhante à economia nacional, com uma taxa média de crescimento apenas 0,1% menor que a brasileira. Ao aprofundarmos a análise da TABELA 1, perceberemos que nos subperíodos de 1970 a 1993 e de

nacional, principalmente quando se incorpora a década de 1970, onde o índice de instabilidade, é menor que o da economia como um todo.

Esta primeira constatação sugere que, se olharmos apenas para o fator crescimento econômico, que consta no conceito de modernização, veremos que a integração produtiva do nordeste à economia nacional se mostrou bem-sucedida, especialmente se tomamos como referencial para análise, a situação em que ela se encontrava até o final da década de 1950. OLIVEIRA (1977)⁽¹⁵⁾ explicita esta condição mostrando como o pequeno dinamismo da economia nordestina — àquela altura exportadora dos capitais gerados na região, que migravam ao Centro-Sul em busca de melhores taxas de remuneração — e, de outro lado, o processo de industrialização do país, colocavam como necessidade para a consolidação do capitalismo no Brasil a integração econômica da região ao restante da economia.

Esse papel integrador iria ser desempenhado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, em suas palavras, seria, no contexto do autoritarismo, um mecanismo de exacerbação da fusão entre Estado e burguesia. (OLIVEIRA, 1977, 111)⁽¹⁵⁾.

O ponto de Oliveira revela o modo como a região foi apresentada ao capitalismo nacional, ou seja, através de um conjunto de recursos de origem pública, que satisfizeram as condições da expansão da economia regional no sentido de integração com os demais centros industriais do país.

Como se nota na TABELA 2, o processo de industrialização da Região Nordeste foi bastante intenso, com uma taxa média de crescimento de 4,6%, durante um período de 23 anos, além disso, como um

índice de instabilidade menor que o verificado para o Brasil.

O mesmo comportamento não é verdadeiro para o setor agropecuário, que cresceu em torno de 2% ao ano durante o período e além disso, com um índice de instabilidade alto, em relação aos demais que aparecem na tabela e, especialmente, em relação ao índice do setor para o país.

TABELA 1

Taxas médias anuais de crescimento e índices de instabilidade do produto interno bruto real para diferentes períodos compreendidos entre 1960 E 1993

País/ Região	Período	Taxa média anual de crescimento do PIB(%)	Índice de instabilidade*
Brasil	1960/93	5,6	65
Nordeste		5,5	32
Brasil	1970/93	4,1	127
Nordeste		5,0	86
Brasil	1980/93	2,1	230
Nordeste		3,0	265

(FONTE: GOMES, VERGOLINO, 1995, p. 14)⁽⁹⁾.

1980 a 1993 a economia da região respondeu aos estímulos de crescimento de modo melhor que a

* Este índice, como definido pelos autores GOMES, VERGOLINO (1995), é definido pela fórmula $I = (1 - R^2) \cdot 1000$, onde R^2 é o coeficiente de determinação obtido em cada regressão. I varia de entre 0 e 1.000, sendo que valores menores indicam um comportamento mais estável do PIB em relação à sua tendência de longo prazo. Valores Maiores do índice I refletem, ao contrário, alta instabilidade de curto prazo do produto interno, em cada período considerado.

TABELA 2
BRASIL E NORDESTE DO BRASIL - TAXAS MÉDIAS
ANUAIS DE CRESCIMENTO E ÍNDICES DE
INSTABILIDADE DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIO,
INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS PARA O
PERÍODO COMPREENDIDOS ENTRE 1970 E 1993

País/Região	Produto	Taxa média anual de crescimento (%) 1970/1993	Índice de instabilidade
Brasil	Agropecuária	3,5	38
Nordeste		1,9	530
Brasil	Indústria	3,6	237
Nordeste		4,6	149
Brasil	Serviços	4,9	91
Nordeste		6,8	76

(FONTE: GOMES, VERGOLINO, 1995, p. 20)⁽⁹⁾.

Uma terceira observação a partir da mesma tabela, é o crescimento significativo dos serviços no contexto da economia nordestina, com uma taxa média de quase 7% e índice de instabilidade mais baixo do que o verificado para a economia brasileira como um todo.

Tais dados mostram com razoável clareza que os caminhos da economia do Nordeste levaram-na à mesma direção da economia nacional, os indicadores desta evolução são principalmente os que detectam o movimento dos setores da indústria e dos serviços.

Sendo assim, é possível adiantar que, no período indicado, os problemas de integração daquela economia foram superados e nos dias atuais temos um quadro onde *já não é mais possível tratar o "regionalismo" nordestino como uma dimensão isolada da vida econômica do país; os*

problemas do Nordeste são os problemas nacionais **.

Todavia, esta integração não consolidou um espaço econômico homogêneo, nem nacionalmente, muito menos em termos regionais, os seguintes dados apontam para esta realidade:

A TABELA 3 mostra o comportamento diferenciado do crescimento econômico dos vários estados da região. O Maranhão despontou como o estado de maior e mais estável crescimento, alcançando uma taxa maior em quase quatro pontos em relação à média regional do período e com destaque importante para a década de 1980, quando esse crescimento foi o dobro da economia nordestina em geral.

TABELA 3
NORDESTE DO BRASIL E ESTADOS - TAXAS MÉDIAS ANUAIS
DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E ÍNDICES
DE INSTABILIDADE DO PIB PARA DIFERENTES PERÍODOS
COMPREENDIDOS ENTRE 1970 E 1992

Região/Estados	Taxa média anual de Crescimento (%)*			Índice de instabilidade		
	1970/92	1970/80	1980/90	1970/92	1970/80	1980/90
Nordeste	5,3	8,1	4,4	68	27	127
Maranhão	9,1	9,4	10,2	17	9	60
Piauí	6,9	8,4	8,3	56	109	85
Ceará	6,4	7,7	5,9	98	285	232
R. G. do Norte	7,7	8,0	8,8	35	145	69
Paraíba	4,3	4,9	6,2	136	436	111
Pernambuco	4,9	8,4	4,3	80	26	108
Alagoas	6,8	9,6	4,6	71	36	300
Sergipe	6,5	9,9	5,2	68	23	109
Bahia	5,4	8,6	4,7	70	45	92

(Fonte: GOMES, VERGOLINO, 1995, p. 28)⁽⁹⁾.

O Rio Grande do Norte também seguiu aquele estado na trajetória de crescimento, embora com taxas mais modestas e maior instabilidade***. Por outro lado, Paraíba, Pernambuco e Bahia apresentaram menor crescimento, enquanto Ceará, Alagoas, Sergipe e Piauí, apresentaram índices intermediários, em relação ao Maranhão e Paraíba, com as flutuações apresentadas nos in-

* Taxas calculadas por ajustamentos (mínimos quadrados) de funções exponenciais [$Y_t = Y_0 \cdot \text{EXP}(gt)$] lineares nos logaritmos. Os valores obtidos por este método geralmente diferem dos calculados como médias das taxas de crescimento observadas.

** Outros dados significativos que sustentam esta afirmativa podem ser encontrados no texto de ARAÚJO, 1995⁽¹⁾.

*** Novo relatório da SUDENE⁽²⁰⁾, aponta que entre 1970 — 1995, foi o Rio Grande do Norte que mais cresceu na região, seguido pelos estados do Maranhão e do Ceará. Por outro lado, Bahia, Paraíba e Pernambuco foram os estados de menor crescimento.

lices de instabilidade, em especial, para o caso cearense.

Quanto à participação no PIB regional, o crescimento de Maranhão e Rio Grande do Norte e mesmo o fraco desempenho de Pernambuco e Bahia não foi capaz de modificar o padrão de concentração da atividade econômica na região, assim, em 1990, Bahia, Pernambuco e Ceará possuíam juntos 66,3% do PIB regional.

Pode-se sustentar então que o espaço econômico nordestino, embora integrado à economia nacional¹ tem sub-regiões que cresceram de modo bastante desigual, fazendo supor que inexistente homogeneidade econômica naquele território. Tal constatação é muito significativa, pois indica que os efeitos da modernização não se espalharam por toda a região, e que, além do grande descompasso entre política e economia, houve também forte dissociação entre o desenvolvimento econômico das várias sub-regiões nordestinas.

Novamente, GOMES, VERGOLINO (1995)⁽⁹⁾ apontam tal realidade. De maneira exploratória, definem quatro sub-regiões no Nordeste: a Zona da Mata, as áreas de projetos de irrigação, as regiões metropolitanas e o Semi-árido.

A primeira foi definida em termos da área geográfica da região de mais antiga exploração econômica, onde se instalaram as primeiras unidades produtoras de açúcar, no território que hoje corresponde ao trecho mais próximo do litoral dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A zona de irrigação inclui as microrregiões do Açu, no Rio Grande do Norte, Corredeiras do São Francisco, na Bahia, e Sertão do São Francisco, em Pernambuco, com alta produtividade e agricultura moderna, baseada em produtos de "elevada elasticidade-renda da demanda".

A sub-região metropolitana comporta os municípios de Fortaleza, Salvador e Recife, e aqueles contíguos a essas capitais, que fazem parte do complexo industrial da região. O semi-árido nordestino abrange o Agreste e Sertão, que se caracterizam pela irregularidade da estação chuvosa, com baixos índices de precipitação pluviométrica e uma economia agrícola de subsistência, com baixa produtividade, combinada à atividade pecuária extensiva.

Embora, como já ressaltamos, essa abordagem dos autores seja exploratória, ela é capaz de revelar os traços preocupantes da heterogeneidade econômica do espaço nordestino, além disso, descortina igualmente o fortíssimo papel do Estado na manutenção do crescimento econômico destas sub-regiões.

Dois dados iniciais são importantes na análise da TABELA 4. Em primeiro lugar, a crescente e expressiva participação das regiões metropolitanas na economia da região, pois, novamente expõe o crescimento do processo de industrialização nordestina e mostra o grau de concentração de tal fenômeno. Entre 1970 e 1992, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador

TABELA 4
NORDESTE DO BRASIL - PRODUTO INTERNO BRUTO POR
SUB-REGIÕES, 1970-1992 (PARTICIPAÇÃO RELATIVA)

Sub-Região	ANOS					
	1970	1975	1980	1985	1988	1992
Regiões Metropolitanas	26.37	30.14	36.01	41.62	45.28	51.43
Zona da Mata	29.48	29.08	26.80	28.35	21.88	31.78
Semi-Árido	43.18	39.62	35.96	28.52	31.46	14.99
Irrigação	0.97	1.16	1.23	1.51	1.38	1.80
Total	100	100	100	100	100	100

(Fonte: Gomes e Vergolino, op. cit., p. 84)⁽⁹⁾.

passaram a concentrar mais de 50% do PIB da região, quase duplicando sua porcentagem no período inicial.

Em segundo lugar, as zonas de agricultura irrigada, embora com participação pouco expressiva no conjunto da região, lograram um crescimento que permitiu-lhes duplicar sua posição no produto, realçando desta maneira o novo perfil de agricultura que surge naquela região, de vocação fundamentalmente exportadora.

No que diz respeito à Zona da Mata, sua participação relativa manteve-se praticamente estável, aumentando ao longo das duas décadas pou-

¹ Outros dados significativos que sustentam esta afirmativa podem ser encontrados no texto de ARAÚJO, 1995⁽¹⁾.

co menos de 2%, ainda constituindo cerca de um terço da economia da região.

Mas, é no semi-árido que se nota um decréscimo de participação relativa persistente, que denota a fragilidade do crescimento da região em avançar de modo homogêneo por todas as suas sub-regiões. Estabelecendo como base de comparação o ano de 1988, já que 1992 é um ano atípico por causa de forte estiagem que abateu a sub-região, a perda de participação é em torno de 12%, bastante significativa em um contexto onde se concentra grande parte da população que vive abaixo da linha de pobreza. Segundo Gomes e Vergolino, três fatores explicam tal movimento: a) "o fenômeno das curtas estiagens...e das secas prolongadas"; b) "a queda nos investimentos em infra-estrutura hídrica..."; e, c) "o baixo nível de inversões do setor privado na área de sequeiro, por conta dos elevados riscos de perdas de produção".

A análise da TABELA 4 nos forneceu uma boa dimensão dos problemas intra-regionais decorrentes do processo de modernização da Região Nordeste, no entanto, é preciso ressaltar com maior vigor alguns dados fornecidos pelos mesmos autores, somente para o estado de Pernambuco, que demonstram o caráter fortemente indu-

O que se pode concluir, a partir dos dados da tabela 5 é que a região semi-árida do estado de Pernambuco, contando com um PIB de US\$ 752 milhões e um PIB *per capita* da ordem de US\$ 306 tem nas transferências de benefícios previdenciários um percentual de 42% em relação ao seu produto, para o ano de 1993, o que coloca com grande exatidão o caráter essencial destas transferências de recursos para a economia da sub-região, pois se olharmos para os demais dados da tabela, perceberemos que em nenhuma outra sub-região essa participação alcança 6% e, para todo o Estado, ela está restrita a pouco mais de 8%.

Novamente, se observarmos o desempenho da sub-região irrigada, vamos notar que, com uma população de 345.000 habitantes e um Produto Interno de cerca de US\$ 750 milhões, ela proporciona um PIB *per capita* mais alto que o da região mais tradicional do Estado, a Zona da Mata, e somente US\$ 292 dólares menor que a da sub-região metropolitana do Recife. Além disso, é lá que as transferências de recursos do Estado, via Previdência, têm menor participação na composição do produto interno da sub-região, algo em torno de 3,7%.

Ao levarmos em conta as observações de

TABELA 5
Estado de Pernambuco - População, Produto Interno Bruto, benefícios
Previdenciários pagos e parâmetros derivados, 1993

Sub-Regiões / Estado	População (1.000 hab) 1990	Prod. Interno Bruto, 1992 (milhões)	Quant. de benef. em manutenção (Dezembro 1993)	Valor anual dos benefícios pagos (US\$ milhões)	Produto <i>per capita</i> (B)/(A)	Benefícios <i>per capita</i> (D)/(A)	Benefícios por Produto (em %) (D)/(B)
	(A)	(B)	(C)	(D)			
Metropolitana	2.903	7.181	230.113	423,3	2.472	145,8	5,9
Mata	1.066	2.115	130.254	117,9	1.983	110,5	5,6
Semi-Árido	2.455	752	322.631	315,3	306	128,4	41,9
Irrigação	345	750	27.209	272,1	2.180	79,1	3,62
Total Estado	6.769	10.798	710.207	883,8	1.595	130,9	8,18

(FONTE: GOMES, VERGOLINO, op. cit., p. 88)⁽⁹⁾.

Nota dos Autores: PIB Real em dólares de 1992, com base nas participações das sub-regiões calculadas (para 1985) com base nos censos econômicos e estimada, para 1992, aplicando-se à estrutura de 1985 as taxas de crescimento obtidas a partir dos valores adicionados fiscais.

zido do crescimento da região e especialmente, a dependência de algumas áreas específicas dos repasses de verbas federais, especialmente da Previdência Social, o que, no limite, permite que se levante a hipótese de que o crescimento econômico verificado em algumas das sub-regiões em análise, não passou de um 'falso crescimento' originário sobretudo de um período de crescentes transferências de renda do Estado para os municípios.

BURSZTYN (1984)⁽³⁾ e, ao mesmo tempo, raciocinarmos em relação aos dados já apresentados sobre as discrepâncias entre os crescimentos das sub-regiões do semi-árido e de agricultura irrigada, que incluem dois tipos de tratamento para um dos problemas mais importantes da região, a questão das secas, perceberemos que a atuação do processo de modernização, seja através do governo autoritário, seja na fase de governos civis da transição democrática, colocam o tema

da intervenção do Estado em uma posição central no contexto da discussão dos destinos da região.

Bursztyn anota dois tipos de políticas oficiais para as secas na região. A primeira é de caráter reativo à identificação do fenômeno e tem sido marcada nas últimas décadas pela instituição de 'frentes de emergência' ou de 'trabalho', que arregimentam centenas de trabalhadores rurais incapazes de sobreviver nos períodos de estiagem.

O segundo tipo de política envolve programas que visam ao estabelecimento de uma infraestrutura para resistência à seca. Desse modo, o poder público na região, segundo o autor, amplia a sua atuação de modo a responder pelo papel de "patrocinador" da manutenção da estrutura de poder econômico, social e político local, nesse sentido, figura importante aqui a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), que geralmente tem como beneficiários as elites municipais.

No que diz respeito à agricultura irrigada, o papel do Estado, ainda segundo Bursztyn, possui o mesmo tipo de característica que se pode encontrar em sua atuação na indústria incentivada das regiões metropolitanas, ou seja, novamente os fundos públicos aparecem como principal sustentáculo da atividade econômica. Neste aspecto, a irrigação passaria a constituir o eixo central de uma política voltada à consecução de dois objetivos: a) a criação de projetos de assentamento e de produção agrícola de tamanho familiar; b) a exploração do Vale do São Francisco, com tendência à instalação de grandes empresas. O Estado atuaria, no primeiro caso, como transformador do camponês em produtor capitalista. Quanto à instalação das grandes empresas, seu papel seria o de *patrocinador* ('sponsor') do grande capital (BURZSTYN, 1984, 80)⁽³⁾.

Como essa digressão nos faz entender, grande parte dos problemas enfrentados pela região tem relação com as formas de intervenção estatal na tentativa de solucionar os problemas ali existentes. Assim, ao tratar de modo "paternalista," a região do semi-árido nordestino cria-se uma situação insólita de profunda dependência econômica da população da sub-região em relação aos recursos de transferências dos vários níveis de poder do Estado.

Como vimos na TABELA 5, a Previdência é responsável em Pernambuco por mais de quarenta por cento do produto da sub-região do semi-árido, o que, no limite, permite a ilação de

que apenas com a aposentadoria, a maioria dos trabalhadores rurais passa a perceber uma renda estável e permanente. Paralelamente, ao imaginarmos a quantidade de recursos transferidos via governos estaduais através de pagamento do funcionalismo público, em suas várias esferas, podemos concluir, junto com GOMES, VERGOLINO (1995, 92)⁽⁹⁾ que "ao mesmo tempo em que os gastos públicos de consumo e as despesas com benefícios aumentam, a atividade econômica genuína encolhe".

De maneira geral, são esses os efeitos gerais do processo de modernização que se verificou na economia nordestina nas últimas décadas. No entanto, é preciso ressaltar que também existem fatores positivos a descrever, que caminham lado a lado com os processos de industrialização e, principalmente, são decorrentes da característica heterogênea do desenvolvimento econômico que se realizou.

A industrialização de algumas áreas, como já foi apontado aqui, compõe parte desses efeitos positivos. Sendo assim, a política de desenvolvimento concentrou o crescimento nas regiões metropolitanas e dotou a economia nordestina de pólos industriais diferenciados que responderam por grande parte do aumento do produto industrial regional.

Na Bahia foi instalado o pólo petroquímico de Camaçari. Esse pólo especializou-se na produção de bens intermediários e contou com a participação de capitais privados nacionais e multinacionais e com o apoio da Petrobrás. Segundo ARAÚJO (1995, 133)⁽¹⁾, em 1990, o pólo petroquímico contribuiu com 13,6% da receita tributária da Bahia.

No Maranhão, o estado nordestino de maior crescimento, como atesta a tabela 3, formou-se o complexo minero-metalúrgico de Carajás, que, associado ao Programa Grande Carajás, contou com os investimentos de capitais multinacionais e públicos, através da atuação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Além disso, está-se implantando no Estado um projeto que visa à produção de celulose, através de uma empresa sediada no interior e contando com a participação acionária de CVRD. Outros projetos vinculados ao complexo são a Estrada de Ferro Carajás e a fábrica de alumínio ALUMAR, que é uma associação das empresas ALCOA, ALCAN e BILLINGTON.

No Ceará foi montado o pólo têxtil e de confecções, que embora seja ligado a um perfil de

atividade industrial tradicional, de potencial dinâmico intermediário, pois mobiliza poucos setores da economia em seu funcionamento, tem fornecido àquele Estado dinamismo econômico suficiente para impulsionar forte mudanças no perfil produtivo estadual.

Como mostra GUNN (1993)⁽¹⁰⁾, com base em dados dos "Balanços Anuais" da Gazeta Mercantil, o Estado dobrou o número de empresas sediadas na região nos 300 maiores grupos econômicos nacionais, no período compreendido entre os anos de 1980 e 1992. Tais empresas pertencem a diversos ramos de atividade, sendo algumas delas holdings que têm interesses espalhados por todo o território nacional, e algumas outras pertencentes ao ramo da construção, fiação, mineração, das atividades financeiras e do setor têxtil e de couro.

Finalmente, temos o seguinte quadro de conclusões em relação ao processo de modernização sofrido pela Região Nordeste do Brasil dos anos de 1960 para cá:

1. A economia da região cresceu de modo semelhante à economia nacional e, em alguns períodos, verificou-se maior crescimento regional que nacional;
2. O crescimento econômico verificado permitiu um paulatino movimento de integração da economia regional à economia nacional, sendo que esse processo foi orientado de modo vigoroso pela utilização de recursos públicos como capital financiador das atividades produtivas, privadas ou públicas, na região;
3. Houve crescimento do setor industrial nordestino, em ritmo médio de 4,6% durante o período em análise;
4. Ao lado do crescimento industrial, o setor agropecuário enfrentou fortes dificuldades e só foi capaz de crescer a um ritmo médio de 2% ao ano, registrando forte instabilidade nas taxas verificadas;
5. Como o setor industrial, o setor de serviços cresceu vigorosamente, com taxa média de 7% ao ano;
6. Os dados de crescimento e integração econômica da região apontam para um esvaziamento da questão "regional" nordestina, como uma dimensão isolada da vida econômica nacional;

7. O crescimento econômico verificado na região foi heterogêneo, com taxas bastante diferenciadas entre os estados que a compõe;
8. houve persistência do padrão de concentração da atividade econômica nas regiões metropolitanas do Nordeste, que em 1990 ainda respondiam por 66,3% do produto regional;
9. houve crescimento expressivo da economia agrícola irrigada na região, embora sua participação ainda seja muito reduzida em termos de produto regional;
10. a expansão da economia agrícola das regiões irrigadas foi acompanhada por forte retração econômica da região do Semi-Árido nordestino, que passou a ter sua atividade econômica vinculada aos repasses de recursos do Estado, em especial do Governo Federal, via Previdência Social;
11. analiticamente, o Estado aparece como o definidor, em última instância, das características fundamentais das sub-regiões nordestinas após o processo de modernização, pois essas foram fortemente induzidas por sua ação, seja diretamente, através da atuação das estatais, seja através dos critérios de concessão de incentivos e recursos ao desenvolvimento da atividade privada no nordeste do Brasil.

Esta última conclusão nos serve de apoio para dar início às reflexões finais desse trabalho.

• *Política e Economia na Modernização Nordestina*

Como colocamos anteriormente, nosso objetivo é adiantar uma interpretação sobre os efeitos do processo de modernização na região, sustentando a forte dissociação entre as consequências econômicas e políticas de tal processo e fazendo ver que o desenvolvimento econômico, somente em casos excepcionais, logrou sedimentar a posição de novos atores políticos na região, de maneira hegemônica.

Antes de aprofundarmos o ponto, é necessário ressaltar que não abordaremos aqui as implicações sociais da modernização. Embora, sob certo ângulo, aí se encontrem os maiores "fracassos" do processo, resolvemos nos estender apenas em relação à dualidade política-economia, deixando

de lado a análise dos indicadores sociais que descrevem aquele aspecto, mas não sem reconhecer sua importância no contexto geral das discussões sobre a região.

CASTRO (1992)^{(6)*}, analisando a estrutura socioeconômica regional descreve o que denomina o 'enigma nordestino',

"...à expansão e modernização dos recursos materiais corresponde a preservação das relações sociais forjadas na estrutura econômica anterior. Ou seja, assiste-se na região à convivência entre dinâmicas de transformação do econômico e do social muito diferentes, o que resulta na superposição de condições materiais que se modernizam e condições sociais que se deterioram. Embora esta seja uma situação que de algum modo ocorre no país, a especificidade do Nordeste está nas suas proporções bem maiores." (CASTRO, 1992, 102)⁽⁶⁾.

Como observamos anteriormente, estas condições sociais não fazem parte dos objetivos de discussão traçados para esse trabalho, contudo, podemos estender o argumento da autora e afirmar que à expansão dos recursos materiais, em geral, correspondeu também uma conservação do perfil político da região.

A política nordestina, desde o período da 1ª República, tem sido identificada pela maioria de seus analistas através de uma característica básica, que teria a ver com o padrão de relacionamento entre as elites políticas locais, seja com os cidadãos da região, seja com os níveis mais altos de poder na federação. A esse padrão de relações convencionou-se denominar coronelismo, em função de uma série de circunstâncias próprias ao primeiro período republicano, entre as quais se poderia incluir: um forte conteúdo de controle sobre o voto dos eleitores; a utilização recorrente de expedientes fraudulentos nos pleitos eleitorais; a quase que completa autonomia do chefe político local, em relação ao governo estadual; e o compromisso desse com o apoio ao Governo Federal^{**}.

* Uma nota importante a respeito deste trabalho tem relação com a definição de Região Nordeste utilizada pela autora, que exclui os estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Apesar disso, parece lícito tomar suas conclusões mais gerais como corretas, mesmo para esses estados, que, como vimos são incluídos nas análises econômicas da região.

** Para análise desta questão, ver: LEAL, 1989⁽¹⁴⁾.

Daquelas características, duas têm especial relevância. Em primeiro lugar, a autonomia do chefe político local representava uma das partes mais importantes do acordo entre as elites políticas da época, pois, em última instância, garantia a posição de prestígio do 'coronel' perante os seus liderados e permitia que atuasse como um 'legítimo' representante do poder público naquela localidade. Em contrapartida, tal autonomia se verificava em um contexto onde ao governo estadual e federal estivessem garantidos, a qualquer preço, os votos que mantivessem um determinado arranjo de forças políticas no poder. Dessa maneira, o compromisso município - Estado - União se sustentava e ganhava continuidade.

Embora esta circunstância política fosse comum a todo o território brasileiro naqueles tempos, mais tarde, após a derrocada do poder oligárquico com a Revolução de 1930 e o início do processo de modernização, já no período estadonovista, passou a ser identificada como um traço ainda permanente da política nordestina, que mesmo nas capitais de seus estados, continuava dirigida por elites oligárquicas, que dispunham ainda de poder político nacional suficiente para influir no processo de modernização em curso, afastando de seus 'domínios' as consequências daquele processo.

CARVALHO (1995)⁽⁴⁾, procurando diferenci- ar teoricamente o sentido dos termos mandonismo, coronelismo e clientelismo, elabora um ponto de vista que rejeita esta visão da persistência do 'coronelismo' como característica do sistema político nordestino, em período posterior à primeira república, em suas palavras, o fenômeno foi característico desse período, sendo uma fase de um processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. Assim, não existiu antes dessa fase e não existe depois dela, tendo morrido simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos em 1930 e enterrado definitivamente em 1937, após a implantação do Estado Novo (CARVALHO, 1995, 3)⁽⁴⁾.

Avançando na análise dos termos, Carvalho distingue o coronelismo do mandonismo, afirmando ser o primeiro um momento particular do mandonismo, em que a elite política começa a perder força, econômica inclusive, e passa a recorrer ao governo como uma maneira de perpetuar a situação de mando.

Outra distinção importante tem referência com os termos mandonismo e clientelismo. Se-

gundo o autor, esse último possui como característica definidora a idéia de relação bilateral, onde os atores políticos concedem algum tipo de benefício, na forma de empregos, isenções e facilidades de acesso à máquina pública, em troca de apoio, especialmente em momentos eleitorais. Nesse sentido, o coronelismo absorveria práticas clientelistas, contudo, essas têm maior amplitude dentro do sistema político e pode-se afirmar que perpassam toda a história nacional, sendo possível apenas identificar momentos onde há aumento ou decréscimo na utilização desse tipo de expediente.

Esta passagem pelos conceitos acima, nos permite dimensionar de modo conceitual preciso o tipo de conservação que se estabeleceu na política nordestina, tendo em vista o que foi chamado de 'enigma' da região. Como Carvalho aponta, *não é o coronelismo que persiste na prática política regional, mas um grau ainda elevado de mandonismo no interior, e a pertinaz presença de relações clientelistas no sistema político de modo geral.*

Através de um outro ponto de vista sobre a política da região, que diz respeito à análise do discurso 'regionalista' da elite nordestina, no Congresso Nacional, Castro procura compreender as preferências, alianças e posições dos sujeitos políticos concretos.

Nesse sentido, um dos primeiros pontos que enuncia diz respeito ao perfil social daquela elite, que segundo suas conclusões têm extração fundamentalmente entre indivíduos profissionais liberais e empresários, com forte presença dos primeiros. Entre os indivíduos de origem funcional empresarial são majoritários os que possuem ligações com atividades rurais. Além disso, a extração da elite analisada pela autora (deputados federais) possui, em sua maioria, um passado político em outros cargos legislativos, ou executivos, o que aponta para importância da constituição de uma carreira política como um requisito importante para fazer parte da representação federal dos estados da região.

Tal afirmação é ainda mais significativa quando se nota que os índices de renovação de bancadas nordestinas, na Câmara Federal, é em na maior parte dos estados inferior a 50%, com destaque para Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba que apresentaram, nas nove legislaturas analisadas (1946-1987), índices baixos de renovação.

Uma das conclusões que se pode avançar em relação a esses dados é que, na região Nordeste, continuaram prevalecendo no contexto político as elites vinculadas as atividades rurais o que indica a importância desse setor na vida da região, em que pese os dados econômicos desfavoráveis que analisamos acima (ver TABELA 2).

Outro ponto digno de nota, e também ressaltado por Castro, tem relação com a participação inexpressiva de indivíduos de origem social vinculada às classes trabalhadoras na representação política regional. Sendo assim, temos já nesse ponto, um argumento favorável à nossa hipótese de que não houve correspondência entre a modernização econômica e modernização política, para a maioria dos estados do Nordeste do Brasil.

Do ponto de vista da análise do discurso destes parlamentares, Castro nota uma persistência importante da perspectiva regional, seguida da estadual, que corresponderia a mais de dois terços das manifestações desses deputados na tribuna da Câmara. O dado é ainda mais significativo por que, ao observarmos o largo período analisado pela autora, poderemos constatar que a tendência, embora tenha se modificado em relação aos temas abordados, foi sempre a mesma, o que sugere que o crescimento econômico verificado na região desde a década de 1960 não foi capaz de mudar a orientação básica da atividade parlamentar na região. Ao contrário, como afirma Castro, é a partir dessa década que vai se intensificar definitivamente a perspectiva regional*.

Analisando de modo mais específico o conteúdo dos discursos desses parlamentares, Castro observa duas questões relevantes, do ponto de vista da análise que aqui se realiza. O primeiro ponto, mais geral, anota com precisão o modo como a representação política é entendida por essa elite. Segundo a autora, os interesses defendidos pelos parlamentares são, via de regra, os seus próprios interesses como atores políticos, ou mesmo econômicos. Como se mostrou anteriormente, a maioria dos representantes da região têm ligações com o setor rural e no conjunto dos discursos é a agropecuária que surge como o tema mais enfocado, dentro do prisma econômico.

* CASTRO, 1992. p. 138⁽⁶⁾, nota também que esta ênfase regionalista tem diferenciações entre as bancadas. Sendo assim, a bancada de Pernambuco atua mais voltada às questões nacional e regional, enquanto os parlamentares cearenses e do Rio Grande do Norte têm discurso mais fortemente identificado com a questão regional e estadual. Alagoas e Paraíba têm preferência por intervenções de corte estadualista.

Como se vê, novamente temos de anotar a divergência entre uma crescente modernização da estrutura produtiva da região, com destaque para o deslocamento econômico do setor agropecuário, e a prevalência, no interior da elite política regional, de indivíduos vinculados a esse setor. É importante ressaltar o modo como esses deputados abordam a questão da agropecuária. Como afirma Castro, a partir da quantificação dos temas relativos à agricultura — como problema nacional, regional, estadual ou municipal — a distribuição da frequência do tema para cada período e para cada escala espacial demonstra uma discussão pouco referenciada ao município, com uma gradativa imposição do regional como eixo articulador do discurso, em substituição aos níveis nacional e estadual (CASTRO, 1992, 154)⁽⁶⁾.

Um ponto a ser inserido nesta discussão traz informação sobre o aspecto de modernização da agricultura no período que se encontra em análise. Apesar do que afirmamos quanto à perda de participação do setor agropecuário no produto interno da região, é preciso salientar que ele não passou incólume às modificações, ao contrário, houve efetiva modernização no setor, haja vista o desempenho da agricultura irrigada e outros fatores que podem ser aduzidos, tais como, as melhorias nas técnicas do processo produtivo, a mecanização da atividade e o uso crescente de fertilizantes, adubos químicos e similares.

Pode-se ainda acrescentar que o setor manteve peso significativo no contexto econômico. Como afirma Oliveira, tal peso, embora não possa ser atribuído a antiga expressão do latifúndio, ou ao poder econômico do coronelato, manifesta-se na feitura do mercado da força de trabalho, na estrutura da distribuição da renda e, principalmente, nos elementos de sociabilidade geral da região e em suas estruturas mais localizadas de poder (OLIVEIRA, 1990, 79)⁽¹⁶⁾.

Sendo assim, quando insistimos no ponto da dissociação entre política e economia, em relação às consequências do processo de modernização no Nordeste, queremos apontar para o modo como, ao desencadear o processo, o Estado brasileiro foi capaz de manter intactas, não só na Região Nordeste, a estrutura fundiária e as relações de produção no campo.

As consequências desse fator para a vida nordestina talvez possam ser avaliadas como mais importantes do que no restante do país, pois, com isso, logrou-se manter de pé o sustentáculo do

poder conservador da região, que como estamos analisando, impôs um ritmo peculiar às mudanças na estrutura social local.

Voltando à referência em torno da questão da elite política nordestina surgem novas constatações. Inicialmente, observa-se que as bancadas não podem ser segmentadas, do ponto de vista dos interesses que defendem no parlamento. Sua posição é identificada, majoritariamente, como regional e, tal perspectiva prevalece nas atuações de representantes individuais, quaisquer que sejam a sua origem social. (CASTRO, 1992, 190-191)⁽⁶⁾.

Outro ponto significativo é relativo à questão dos pedidos, pois na atuação parlamentar dos representantes nordestinos, em mais de 40% dos discursos, surgiram pedidos de recursos para os mais variados fins, o que denota a visão imediatista da elite da região, sempre afeita às ações emergenciais e a postergar a solução definitiva dos problemas.

Finalmente, como aponta Castro, essa elite é fortemente governista e confere apoio sistemático a ação dos órgãos federais na região, em especial, por que reside aí, na capacidade de intervir na máquina pública, através de indicações de dirigentes desses órgãos, o esteio do poder político de que desfruta.

• Considerações Finais

O que aparece com maior saliência na análise é a forma como a elite da região se utiliza de um discurso 'regionalista', como meio de atuação e representação de interesses, o que, sem dúvida, se mostra amplamente dissociado do perfil produtivo da região, que durante as duas últimas décadas conseguiu se integrar à economia nacional, sugerindo o esvaziamento desse tipo de abordagem da temática regional, com sua substituição por temas que têm relação com a inserção no novo desenho de ordem que vem se desenvolvendo no país, calcado, até aqui, na perspectiva de um avanço cada vez maior da autorregulação do mercado e na acomodação da economia nacional no processo de "globalização".

* É importante considerar que existe hoje o que se poderia denominar "rearticulação" do discurso regionalista. Desta feita, orientado pelo enfoque econômico, ainda voltado ao problema das desigualdades, mas comprometido com a integração da região no novo ciclo de desenvolvimento que se avizinha e, fundamentalmente preocupado com os limites e perspectivas dessa integração. Ver: GOMES, 1996⁽⁷⁾, GOMES, ALBURQUERQUE, 1996⁽⁸⁾, HADDAD, 1996⁽¹¹⁾, ISMAEL, 1996⁽¹²⁾.

No contexto dessa reflexão, talvez seja esta a conclusão mais importante, pois aponta com nítida transparência a hipótese central que estamos defendendo. Ao insistir na tese 'regionalista', a elite política da região entra em descompasso com a realidade da economia local, integrada e sócia dos movimentos gerais da economia nacional, obtendo, em alguns momentos, certa precedência em relação à última.

Pode-se observar, no entanto, que o perfil social desta elite, em sua maioria ligada à atividade rural, conta como um elemento forte de influência sobre sua atuação, determinando um tipo de discurso que representa os interesses do setor mais penalizado com as modificações na estrutura produtiva regional. Além disso, é também válido e verdadeiro o argumento de que a rejeição a esse tipo de discurso seria incompatível com as bases de poder dessa própria elite, assentada nas relações privilegiadas com o poder central e, portanto, capaz de influir nos destinos da ação desse último em seu território.

Desta maneira, o que se pode observar é um movimento político que, ao permanecer dissociado dos acontecimentos econômicos, mantém as condições de sua permanência tal como está. Ou seja, a elite nordestina aparece com um benefício duplo em relação ao processo de modernização.

Por um lado, guardadas as bases sociais que resguardam sua posição política e mantida a centralização das ações governamentais na esfera federal, estipula-se a possibilidade de continuar atuando como representante de uma região ainda marcada pela pequena diferenciação de sua estrutura social.

Por outro, é através dessa salvaguarda de seu poder que, na maioria dos casos, é capaz de desfrutar do processo de modernização, com o aumento dos recursos materiais à sua disposição, sem ser ameaçada por atores novos, seja advindos da burguesia formada com o crescimento econômico, seja pelo novo estrato médio da sociedade, ou mesmo, pelos trabalhadores ligados à produção industrial.

Em apoio a esse argumento podemos lançar mão da análise de OLIVEIRA (1990)⁽¹⁶⁾ sobre o papel dos fundos públicos no processo de modernização da economia e sociedade nordestinas. Em sua interpretação, o Estado autoritário du-

rante o regime militar exponenciou algumas consequências da modernização da região.

Em primeiro lugar, a atuação das empresas estatais mostrou-se marcada, não apenas no nordeste, pelo caráter não-público de sua intervenção. Ou seja, tais empresas, apesar de financiadas por recursos do Estado, agiram na lógica do capital privado, colaborando para o instituição do "Estado de Mal-Estar" que se implantou na região.

Em segundo lugar, essa ausência da esfera pública no Nordeste, somada a utilização privada de recursos públicos na expansão econômica ocorrida, possibilitou a instituição do modelo capitalista concentracionista que se implantou no restante do país, exacerbando o caráter negativo da maioria dos indicadores sociais da região.

Neste sentido, Oliveira argumenta também sobre o caráter dissociado entre a expansão capitalista na região e os efeitos políticos do processo,

"...se os movimentos das elites políticas no Nordeste estão claramente à margem do movimento da economia, não se podendo portanto buscar uma relação de representação entre a economia e a política que explicasse essa mescla como expressão de interesses, a existência do Estado autoritário incorpora esses interesses e essa ausência de relação numa forma especial que se torna a nova norma. A condição necessária é a eliminação das alteridades sociais e sua não transformação em alteridades políticas. *A regulação autoritária é, assim, simultaneamente, uma expressão das relações de força no interior da economia sem alteridade sóciopolítica, e uma estatização-privatização do público.*" (OLIVEIRA, 1990, 70; ênfase acrescentada)⁽¹⁶⁾.

Como sugere Oliveira, as consequências de tal dissociação podem ser encontradas, em primeiro lugar, na imperceptibilidade das mudanças, com os proprietários rurais ainda figurando como referências de poder regional. Depois, permanece a constatação de Castro quanto ao baixo índice de renovação das bancadas congressistas, o que revela que as "velhas oligarquias continuam produzindo deputados".

É possível agora sustentar nossas reflexões iniciais quanto ao processo de modernização ocorrido da Região do Nordeste do Brasil. Relembrando o argumento de Santos, quanto ao fim

* Uma exceção a esta regra pode ter vindo a ser o estado do Ceará, onde uma burguesia de características diferenciadas, quanto às suas atividades, vem governando o Estado desde 1986, ver: BONFIM, 1996⁽²⁾.

da ordem regulada imposto pelo processo de modernização nacional, não podemos dizer o mesmo quanto aos efeitos do processo naquela região. Houve, é certo, mudanças significativas, aqui apontadas, no contexto econômico, todavia, a antiga ordem parece ainda de pé e com fôlego suficiente para compor uma aliança de poder nacional que elegeu o último presidente da República.

Por outro lado, é importante notar que, nessa mesma aliança, e no partido a que pertence o atual presidente, constam forças políticas da região que têm avançado um discurso diferenciado e promovido algumas modificações no panorama local, regional e quicá, nacional. Resta porém, analisar a verdadeira dimensão desses novos atores políticos, advindos da extração burguesa bem-sucedida no processo de modernização e que, sobretudo, foi beneficiária da série de incentivos e benefícios fiscais utilizados para alavancar o desenvolvimento da região.

ABSTRACT:

This paper analyses the conservative modernization process of the Northeastern of Brazil and tries to understand its political and economics consequences. It begins discussing a theoretical understanding which exposes the guidelines of the national modernization process to help the comprehension of the regional process. The economical consequences emphasizes the development of the industrial and the services sectors and the high concentration of the gross regional product which developed a very heterogenous economic space. Politically, the paper shows the contrast between the social-economic reality and the regional elite's speech. It also tries to expose the social origins of this elite and how they comprehend the representation process. Finally, the conclusion points out the dissociation between politics and economy in the modernization that have possibiltied the persistence of the strength of the agrarian elite and the reproduction of its regional speech unsuitable for the new circumstances.

KEY WORDS:

Regionalism; Modernization; Economic Policy; Brazil-Northeastern Region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste?. São Paulo: *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. Fundap/Unesp, 1995. p. 125-56.
2. BONFIM, Washington Luís de Sousa. *Modernização política e a política da modernização no Ceará em Perspectiva Comparada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996. Projeto de Tese de Doutorado, mimeo.
3. BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos donos; Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.
4. CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma Discussão Conceitual*. [s.l.] 1995. mimeo.
5. CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e realidade econômica, o "marketing" da seca nordestina. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 53 - 75, nov. 1991.
6. CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.
7. GOMES, Gustavo M. Mais desigualdade entre os Estados?, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jul. 1996.
8. GOMES, Gustavo M., ALBUQUERQUE, Roberto C. "Nordeste: os desafios de uma dupla inserção". In: VELLOSO, João Paulo. dos Reis. *O Real, o crescimento e as reformas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p. 147 - 194.

9. GOMES, Gustavo M., VERGOLINO, José R. *A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994*. Rio de Janeiro: Ipea, 1995. Texto para discussão, 372.
10. GUNN, Philip. *O Enigma cearense de sucesso: o (p)rojeto (t)ucano dos empresários*. São Paulo: Idec, 1993. mimeo.
11. HADDAD, Paulo Roberto. Os Impactos do novo ciclo sobre os desequilíbrios regionais. In: VELLOSO, João Paulo dos R. *O Real, o crescimento e as reformas*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1996, p. 125 - 146.
12. _____. Padrões locacionais das atividades de alta tecnologia: a questão dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento reexaminada. *Revista econômica do nordeste*, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 224 - 85, Abr./Jun. 1990.
13. ISMAEL, Ricardo. A Redefinição do discurso regionalista nordestino. *Cadernos de Sociologia e Política*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 25-34, nov. 1996.
14. LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.
15. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
16. _____. A Metamorfose da arribação. *Novos estudos do CEBRAP*. n. 27, p. 67-92, jul. 1990.
17. SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
18. _____. A Pós-Revolução brasileira. In: JAGUARIBE, Hélio et al. *Brasil, sociedade, democracia*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1985.
19. _____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
20. SUDENE. *Agregados econômicos regionais: produto interno bruto — formação de capital — consumo do governo — Nordeste do Brasil — 1965-95*. Recife: SUDENE.DPO, 1996.
21. VIANNA, Luiz J. Werneck. O Coroamento da Era Vargas e o Fim da História do Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 163-72, 1995.
22. _____. *Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-10, jun. 1994.
23. _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
24. _____. *A Transição: da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

Recebido para publicação em 12.11.96.

**PUBLIQUE NA SEÇÃO
DOCUMENTOS
TÉCNICO-CIENTÍFICOS
SEUS ARTIGOS
E COMUNICAÇÕES**

*Leia antes as normas para
apresentação de originais
ou fale com a REN.*

Tel: (085) 800.3137

Fax: (085) 299.3417